



Demonstrações Financeiras CPFL Renováveis 2018



Relatório da Administração

Mensagem do Presidente

Superação de desafios e consistentes entregas de projetos estratégicos marcaram o ano de 2018 da nossa companhia. A entrada em operação antecipada da PCH Boa Vista 2, que adicionou 29,9 MW de capacidade instalada ao portfólio, e a conquista com a comercialização de 97,3 MW de capacidade instalada no leilão A-6 evidenciaram nossa competitividade e a arrojada visão de crescimento no longo prazo que temos planejado para os próximos negócios.

Nossa estratégia de crescimento está alinhada com a demanda do Brasil pelo aumento de fontes renováveis na matriz energética. Temos como objetivo investir na geração por meio de fontes renováveis, fortalecendo nosso modelo de negócio para mitigar riscos e aproveitar as oportunidades que surgem com a evolução e amadurecimento do setor elétrico. Nesse sentido, devemos estar cada vez mais atentos e capacitados para manter a disciplina no cumprimento dos cronogramas e dos compromissos estabelecidos, garantindo a viabilidade dos projetos, tendo como fundamento essencial o aumento de valor para nossos acionistas e públicos envolvidos com a atuação da CPFL Renováveis. Com 94 ativos em operação, somos a maior geradora do setor de energia renovável do país. Garantir a disponibilidade das usinas, por meio do monitoramento acurado de nossa operação e pela eficiência de todas as atividades operacionais e corporativas de apoio, é prioridade em nossa gestão. Nossos equipamentos devem estar prontos para produzir energia sempre que os recursos naturais – o vento, o sol, a biomassa de cana-de-açúcar e a água – estiverem disponíveis.

Nossos colaboradores são fundamentais para termos sucesso na execução dessa estratégia. Temos especialistas nas mais diversas áreas de atuação e buscamos capacitá-los ainda mais para garantir um ambiente de excelência. A contratação de profissionais capazes de inovar e participar da transformação por um mundo mais sustentável, junto com a valorização dos que se destacam em suas atividades, sustentam o crescimento no longo prazo alcançado em nosso DNA e na crença de que o investimento em energia renovável é o caminho mais viável para assegurar o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Em 2018, a CPFL Renováveis formalizou sua adesão como participante ao Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que fomenta o engajamento das organizações empresariais, em todo o mundo, em torno de dez princípios que promovem o respeito aos direitos humanos, a preservação ambiental e o combate à corrupção. Com essa iniciativa, a companhia também fortalece o compromisso de contribuir para o alcance das metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU no âmbito da Agenda 2030, e reforça sua conexão com as tendências globais no campo da sustentabilidade.

A conclusão da Oferta Pública de Ações (OPA) feita pela chinesa State Grid, que passou a deter diretamente 48,39% do capital da companhia, fortalece a nossa capacidade de investimento e a possibilidade de agregar novas tecnologias e soluções em nossos ativos. Maior grupo de energia do mundo, nosso acionista possui experiência operacional e conhecimento técnico de ponta aplicados em diferentes ativos na China e no mundo.

Com eficiência operacional, equipes qualificadas e a confiança de nossos acionistas, estamos prontos para prosseguir em um novo ciclo de crescimento. Com uma relação saudável de dívida líquida/EBITDA de 3,7x, temos espaço para conquistar novos projetos nos próximos leilões de energia ou fazer aquisições, se identificarmos oportunidades sustentáveis do ponto de vista financeiro e socioambiental. Avaliando o desempenho financeiro da companhia em 2018, registamos o lucro líquido de R\$ 118,8 milhões, recorde em nossa história. Diversos fatores contribuíram para esse resultado. Entre eles, destacamos a implantação do projeto Iniciais de Valor, composto por ações que antecipam a entrega da PCH Boa Vista 2, a Incorporação de SIF e Bons Ventos e as estratégias de comercialização de energia, como o Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSO). As Iniciais de Valor foram executadas por um time multidisciplinar e impactaram positivamente o resultado, contribuindo para mitigar o impacto causado pela menor incidência de vento. Também foram importantes o aproveitamento de créditos fiscais e reconhecimento dos créditos tributários. Iniciamos o ano de 2019 confiantes na capacidade do Brasil de retomar o crescimento e alavancar os investimentos e reformas necessárias. O aquecimento da economia leve ao aumento da demanda por energia em todos os setores produtivos e, por isso, nossa companhia tem grandes oportunidades para ampliar a liderança no setor. Nós, da CPFL Renováveis, estamos prontos para atuar de forma responsável, com alto nível de eficiência operacional, com forte disciplina financeira e com foco total em resultados e temos a convicção de que podemos fazer parte da construção de um futuro mais sustentável e renovável.

Fernando Mano da Silva
Diretor-Presidente

A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Visão Geral

A CPFL Energias Renováveis S.A. foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERS - Energias Renováveis S.A. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país - Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usina Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A. é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

Organograma Societário

Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018:



1 Via CPFL Geração.

Estutura Societária

Modificações societárias em 2018: Em 19 de outubro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de Capital Social dentro do limite de capital autorizado.

Foi aprovada a emissão de 460.218 (quatrocentas e sessenta mil, duzentas e dezto) novas ações ordinárias, no montante total de R\$ 178.165,41 (sete milhões, cento e setenta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos). Dessa forma, o capital social da Companhia será de R\$ 3.398.048.049,16 (três bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, quarenta e oito mil, quarenta e nove reais e dezesseis centavos). O capital social subscrito e integralizado passa a ser representado por 503.811.489 (quinhentos e três milhões, oitocentas e onze mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações ordinárias. Reestruturação societária ocorrida no segundo semestre de 2018: 1º passo

Em 1º de agosto de 2018, os acionistas da CPFL Renováveis aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada direta, SIF Energias do Brasil Ltda. e das controladas indiretas: SIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.; Eólica Icarazinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. Com essa incorporação, a CPFL Renováveis (controladora) passou a ter a atividade de geração de energia, decorrente dos empreendimentos incorporados da Eólica Icarazinho e Eólica Formosa e, consequentemente, as SPes Eólica Paracuru e SIF Cinco passaram a ser controladas diretas da CPFL Renováveis.

2º passo Em 30 de novembro de 2018 (com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2018), os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada direta: T-15 Energia S.A. e das controladas indiretas: PCH Participações S.A.; BVP S.A. e BVP Geradora de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. Das companhias incorporadas somente a BVP Geradora era operacional, as demais companhias eram holdings. Com essa incorporação a CPFL Renováveis passou a ter participação direta em quatro SPes: Mohini Energia S.A., Chimay Energia S.A., Jayaditya Energia S.A. e Sul Centrais Energia S.A., anteriormente, controladas da T-15 Energia.

A estrutura societária atualizada encontra-se no website da Companhia - www.cpfrenovaveis.com.br/ri.

Portfólio em Operação

A CPFL Renováveis tem como vantagem competitiva a diversificação de seu portfólio que, no encerramento de 2018, contava com 94 ativos localizados em 58 municípios brasileiros. Para atender a esse portfólio a Companhia conta com uma plataforma robusta e altamente escalável.

No encerramento de 2018, a capacidade da Companhia estava distribuída da seguinte forma:

Fonte	Capacidade em operação (MW)	Número de ativos	% do portfólio
Eólica	1.308,5	45	61,4%
PCH	452,9	40	21,2%
Biomassa	370,0	8	17,3%
Solar	1,1	1	0,1%
Total em operação	2.133	94	100,0%

Ambientes de Comercialização de Energia

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia. A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- A safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa segue a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos;
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é inserida na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, são definidas hidrelétricas desvaloráveis, todas as usinas ratiem a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, este efeito é conhecido como GSF ("Generation Sourcing Factor"). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma usina fora do MRE.

Recuperação do risco hidrológico (GSF) e Liminar APINE: Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um). Em junho de 2015, a APINE ajuizou uma ação com vistas à proteção dos seus geradores hidráulicos associados no que tange ao GSF. A liminar, estipulando que não fosse aplicado o GSF, foi deferida em julho de 2015.

Entre os meses de maio e outubro de 2015, a ANEEL discutiu o tema por meio da Audiência Pública nº 32 (AP 32/2015), com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF. Diversos agentes e associações do setor contribuíram, apresentando propostas de estruturação e mitigação do risco do GSF.

Como resultado das negociações que aconteceram ao longo de 2015, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina. Concomitante ao andamento da AP 032/2015, foi publicada, em agosto de 2015, a MP 688, que dispunha sobre os critérios de repactuação do risco hidrológico (GSF). A Lei 13.203/2015, sancionada e publicada em dezembro de 2015, foi resultado da conversão da referida MP e permitiu que os geradores hidrelétricos repactuassem o risco de seus contratos decorrentes dos anos de baixa hidrológica.

Dessa forma, a ANEEL - por meio dos despacho nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015 - concedeu anulação à repactuação do risco hidrológico (GSF) das seguintes usinas da CPFL Renováveis: PCH Anoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Itani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludessa, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PCH	Garantia Física (MW médios)*	MW médios repactuados	Produto**
Avoredo	7,4	7,0	SP100
Salto Góes	11,1	11,1	SP100
Varginha	5,4	4,0	SP100
Santa Luzia	18,4	14,0	SP100
Plano Alto	9,3	9,3	SP100
Alto Itani	12,4	12,4	SP100
Cocais Grande	4,6	4,6	SP100
Figueirópolis	12,6	12,2	SP100
Ludessa	21,2	16,7	SP100
TOTAL	102,4	91,3	

* Valores de garantia física conforme Portaria ANEEL no 30.

** SP 100 é o produto no qual o gerador transfere o risco hidrológico (GSF) e a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária - CCBT, conforme especificado pela REN 984/2015. Esse termo significa que a Companhia repactuou 100% do risco hidrológico (GSF) das usinas no ACR ao prêmio R\$ 9,50/MWh.

Os geradores que aderiram à repactuação do risco hidrológico (GSF) das usinas tiveram que cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de 2015, e assim, passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como receita para os ativos negociados no PROINFA e como redutor de custo para os outros ativos do mercado regulado.

Em dezembro de 2017, a PCH Alta Velha aderiu ao processo de repactuação do risco hidrológico, válido a partir de janeiro de 2018. Com relação às usinas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), a Companhia decidiu pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico (GSF), conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015 e Resolução ANEEL nº 684/2015.

Portanto, as 29 PCHs da CPFL Renováveis, num total de 131,2 MW médios, com contratos negociados no ACL, permaneceram protegidas pela liminar concedida à APINE.

Em fevereiro de 2018, a APINE foi cassada, porém os saldos devidos do passado foram preservados. Dessa forma, as empresas teriam que aportar recursos apenas para o risco posterior à vigência da liminar.

Em abril de 2018, a APINE entrou com medida cautelar pedindo restabelecimento da liminar e em maio de 2018, o pedido foi deferido em favor da APINE, restabelecendo seus efeitos originais, onde preserva o passado e não se aplica nenhum ajuste de GSF.

Em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que proliga os associados da APINE dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. O pagamento das liquidações posteriores ao período mencionado foi realizado em novembro de 2018. Importante ressaltar que tal decisão não gera impactos no resultado da Companhia, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF já realizado.

Diante dos inssucos nas alternativas encontradas para equacionar o GSF, o Projeto de Lei do Senado 209/2015 se tornou mais uma estratégia para resolução do problema.

Esse Projeto de Lei do Senado estava tramitando desde abril de 2015 nesta Casa e previa uma alteração na Lei nº 9.427/1996. Assim, em outubro de 2018, foi submetido para apreciação da Comissão um substitutivo que incluía uma emenda que trata dos termos da repactuação do GSF. O substitutivo foi aprovado e seguiu para a deliberação da Câmara dos Deputados e renumerado para PL 10.985/2018, onde tramita sob regime de urgência.

Recursos Humanos

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com 446 colaboradores (479 colaboradores em 2017). A taxa de rotatividade foi de 24,64%, um pouco acima do ano anterior de 22,91%.

Os benefícios oferecidos a todos os colaboradores em tempo integral segue o que é previsto na legislação brasileira, incluindo seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, complementação de auxílio previdenciário, licença parental, vale-transporte, vale-combustível, estacionamento (elegíveis conforme política interna), vale-alimentação, vale-refeição, auxílio-moradia, auxílio-croche e gratificação de férias.

Conjuntura Econômica

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engronou uma recuperação lenta e irregular em 2017 e 2018. Porém, diversas denúncias de corrupção e a greve dos caminhoneiros de maio de 2018 travaram a pauta de reformas e limitaram a velocidade da recuperação econômica.

Ademais, a demanda externa, que vinha ajudando na recuperação da economia doméstica até o começo de 2018, registrou perda de fôlego relevante. Alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a China e a União Europeia, vêm registrando significativa desaceleração, ao passo que a Argentina, principal destino de nossas exportações de manufaturados, tem enfrentado um período de expressiva contração econômica. Nesse cenário, a produção da indústria brasileira encerrou o ano passado praticamente estagnada.

Apesar da morosidade da recuperação econômica e da ainda elevada vulnerabilidade fiscal, diversos fundamentos macroeconômicos brasileiros registram melhora ao longo do biênio 2017-18. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a ancoragem das expectativas inflacionárias. O cumprimento contínuo das metas de inflação, num contexto em que a ociosidade de nossa economia continua muito elevada, sobretudo no mercado de trabalho, permitiu ao Banco Central reduzir a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos, ajudando a destravar o mercado de crédito.

O ano de 2019 se inicia com expectativas mais auspiciosas, como sugere a melhora de diversos indicadores financeiros. Com efeito, o risco-Brasil vem recuando ante a expectativa de que as reformas, sobretudo a previdenciária, serão retomadas no novo governo; e a bolsa de valores brasileira vem registrando ganhos significativos, na contramão dos movimentos de correção observados nas bolsas internacionais. Num contexto de acomodação da cotação cambial, as expectativas inflacionárias têm permanecido ancoradas às metas: a mediana das projeções das instituições de mercado para a alta do IPCA, índice que baliza as metas de inflação, encontra-se ao redor de 4% para 2019, um pouco abaixo da meta de 4,25% estabelecida para este ano. Com isso, a expectativa é de que o Banco Central manterá a política monetária em terreno expansionista por um bom tempo. A mediana das projeções de mercado para a taxa básica Selic no encerramento deste ano encontra-se na casa de 7% a 10%.

O impulso que a política monetária expansionista dá ao mercado de crédito, somado à tendência (ainda que lenta e irregular) de redução dos níveis de desemprego e de recuperação da massa de rendimentos, tenderá a amparar o consumo das famílias, que deverá continuar em moderada aceleração ao longo de 2019. Já a melhora da confiança empresarial, apoiada na expectativa de retomada das reformas, poderá conferir maior dinamismo à retomada do investimento - que, por ora, recuperou uma parte muito modesta da forte contração observada durante a recessão.

Apesar das expectativas mais avessivas, o cenário para 2019 continua a enfrentar riscos nada desprezíveis. O principal deles continua a ser de natureza política: uma eventual frustração com a retomada das reformas tenderá a provocar forte recrudescimento da volatilidade cambial e deterioração da confiança privada, com impactos sobre o consumo e o investimento. O ambiente externo, por sua vez, tende a seguir desafiador, com as principais economias mundiais atravessando um período de esfriamento.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo ainda moderado. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2018, conforme divulgado pelo IBGE, para cerca de 2,5% em 2019¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo. Assim, a expectativa é que o PIB recupere o nível real do começo de 2014 apenas em meados de 2020².

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes a 18/01/19.

Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

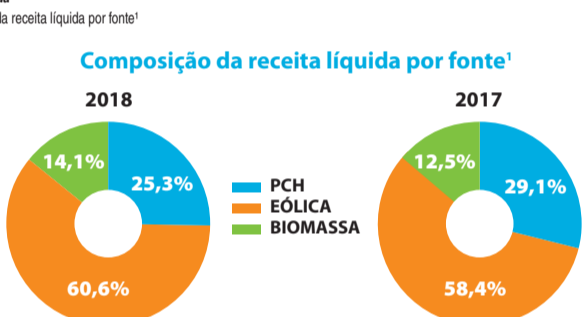
Demonstrativo de Resultados

(R\$ mil)	2018	2017	versus 2017
Receita Líquida	1.936.318	1.959.084	-1,2%
Custo de geração de energia elétrica	(526.519)	(551.971)	-4,6%
Depreciação e amortização	(456.232)	(454.657)	0,3%
Lucro Bruto	953.567	952.456	0,1%
Despesas gerais e administrativas	(201.036)	(185.499)	8,4%
Amortização do direito de exploração	(157.649)	(155.323)	1,5%
Depreciação & Amortização	(9.226)	(7.038)	31,1%
Lucro operacional	585.656	604.596	-3,1%
Resultado Financeiro	(504.125)	(510.825)	-1,3%
IR e CS	37.275	(74.125)	-150,3%
Resultado líquido	118.806	19.646	504,7%
EBITDA	1.208.763	1.221.614	-1,1%
Margem EBITDA	62,4%	62,4%	0,1 p.p.

¹ O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM nº 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

Receta líquida

Composição da receita líquida por fonte¹



¹ A participação da fonte solar foi de 0,02% em 2017 e 2018.

Em 2018, a receita líquida atingiu R\$ 1.936,3 milhões, queda de 1,2% em comparação com a de 2017 (-R\$ 22,8 milhões). Essa variação é explicada principalmente pelas seguintes fontes:

- Aumento de R\$ 29,0 milhões na receita das eólicas devido principalmente: a) ao efeito positivo de R\$ 46,1 milhão do leilão de energia nova por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Deficits (MCSO), uma vez que o preço do contrato firmado no mercado livre foi superior ao preço do contrato no mercado regulado para os oito parques eólicos que participaram desse leilão; b) à entrada em operação comercial do complexo eólico Pedra Cheirosa em junho de 2017 (-R\$ 29,3 milhões); e c) reajuste dos contratos de venda. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes itens: d) menor geração dos complexos eólicos no Rio Grande do Norte (-R\$ 38,1 milhões); e) baixa de R\$ 11 milhões nos contratos do Proinfa, decorrente do reconhecimento de benefício fiscal, que não se materializou (efeito não recorrente); f) efeito positivo do ajuste anual e quadrinial dos contratos de algumas eólicas em 2017, que não se repetiu em 2018 (R\$ 8,8 milhões); e g) ressarcimento em parte menor geração das usinas do Proinfa.
- Redução de R\$ 79,7 milhões na receita das PCHs e da Holding devido, principalmente, às operações de swap de energia intercompany - complexo eólico de Pedra Cheirosa no 4171 liquidação a PLD na Holding, com contrapartida na compra de energia e que não se repetiram em 2018. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo menor GSF das PCHs do Proinfa e pelo reajuste de preço dos contratos de venda de energia.
- Aumento de R\$ 28,0 milhões na receita das biomassas devido à liquidação à PLD do excedente da geração de algumas usinas e ao reajuste de preço dos contratos de venda de energia.

Custo de geração de energia

(R\$ mil)	2018	2017	versus 2017
Custo de compra de energia	(230.979)	(248.339)	-7,0%
Amortização de prêmio do risco hidrológico - GSF	(3.869)	(2.359)	64,0%
Encargos de uso de sistema	(89.368)	(99.690)	-10,4%
PMOS¹	(202.303)	(201.583)	0,4%
Custo de geração de energia elétrica	(526.519)	(551.971)	-4,6%
Depreciação e amortização	(456.232)	(454.657)	0,3%
Total dos custos com geração de energia elétrica + depreciação e amortização	(982.751)	(1.006.628)	-2,4%

¹ Pessoal, material, serviços de terceiros e outros.

Em 2018, os custos de geração de energia, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 526,5 milhões, queda de 4,6% em relação a 2017 (-R\$ 25,4 milhões).

Custo de compra de energia

Em 2018, o custo com compra de energia apresentou redução de 7,0% em relação a 2017 (-R\$ 17,3 milhões). O resultado no ano foi influenciado principalmente pelas compras de energia para atender à exposição no mercado de curto prazo, hedge e recomposição de lastro em 2017 e pela menor compra de energia para atender GSF. Para 2018 as compras foram majoritariamente para cobrir exposição das eólicas do mercado livre.

Encargos de uso de sistema

No ano de 2018, o custo com encargos de uso de sistema totalizou R\$ 89,4 milhões, diminuição de 10,4% em relação a 2017 (-R\$ 10,3 milhões). Esses desempenhos devem-se, principalmente, ao efeito positivo da recuperação retroativa de créditos de PIS e COFINS (efeito não recorrente) no 2017, parcialmente compensados pelo reajuste de preço dos encargos de conexões e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

PMOS

Em 2018, o custo com PMOS totalizou R\$ 202,3 milhões, ligeiro aumento de 0,4% (+R\$ 0,7 milhões) em relação ao custo de 2017.

Depreciação e Amortização

Em 2018, o custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 456,2 milhões, um leve aumento em relação a 2017 (R\$ 1,6 milhões) devido à entrada em operação do complexo eólico Pedra Cheirosa em junho de 2017 e da PCH Boa Vista 2 em novembro de 2018.

Despesas gerais e administrativas

(R\$ mil)	2018	2017	versus 2017
Despesas com pessoal	(74.076)	(69.696)	6,3%
Serviços de terceiros¹	(59.617)	(62.363)	-4,4%
Outros	(67.343)	(53.440)	26,0%
Despesas gerais e administrativas	(201.036)	(185.499)	8,4%
Depreciação & Amortização	(9.2		

Ativos	Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)			
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Controladora
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	109.252	284.022	876.571
Aplicações financeiras	6.1	75.025	-	75.025
Títulos e valores mobiliários		10	-	10
Contas a receber	10.1	191.974	160.502	-
Dividendo a receber de clientes	7	63.634	70.168	232.520
Adiantamentos a fornecedores		215	514	2.601
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	22.653	11	42.148
Outros impostos a recuperar	8	35.453	10.791	67.561
Outros créditos		29.389	24.338	34.384
Total do ativo circulante		527.005	530.346	1.330.820
Não Circulante				
Depósitos judiciais	19	566	253	13.712
Aplicações financeiras vinculadas	6.2	88.259	-	506.019
Contas a receber de clientes	7	37.749	-	158.826
Outros créditos	9	-	-	53.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.2	-	-	696
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.638	-	1.907
Outros impostos a recuperar	8	-	-	3.530
Emprestimos a receber		7.046	5.887	10.223
Investimentos em controladas	11	6.391.465	7.454.271	-
Imobilizado	12	797.053	23.274	7.454.584
Intangível	13	925.037	11.406	2.642.958
Total do ativo não circulante		8.248.813	7.495.091	10.845.036
Total do Ativo		8.776.418	8.025.437	12.175.856

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)	Nota explicativa			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita Operacional Líquida	21	149.432	125.145	1.936.318
Custo de Geração de Energia Elétrica	22	(110.990)	(126.261)	(982.751)
Lucro (Prejuízo) Bruto		38.442	(1.116)	953.567
Despesas Operacionais				
Gerenciais e administrativas	22	(197.231)	(135.966)	(1.021.537)
Resultado de equivalência patrimonial	11	494.423	469.092	-
Amortização do direito de exploração	13 e 22	(14.717)	-	(157.449)
Total		282.475	333.096	(367.911)
Resultado Operacional antes das Recelitas (Despesas) Financeiras e Recelitas		321.817	331.961	585.656
Recelitas financeiras	23	17.755	25.741	131.605
Despesas financeiras	23	(345.702)	(349.302)	(635.820)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(6.130)	839	81.531
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	-	-	(117.791)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	-	-	155.066
Lucro Líquido		(109.264)	11.484	118.806
Atribuível aos acionistas controladores				
Atribuível a participações de não controladores				9.542
Lucro (Prejuízo) por Ação				
Básico (R\$ por ação)	20 h	-	-	0,22
Diluído (R\$ por ação)	20 h	-	-	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)	Nota explicativa			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2016				
Aumento de capital de não controladores em 24 de abril de 2017				
Aumento de capital de não controladores em 15 de maio de 2017				
Aumento de capital de não controladores em 28 de agosto de 2017				
Aumento de capital de não controladores em 28 de novembro de 2017				
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial				
Reclassificação para passivo não circulante				
Dividendos distribuídos a não controladores				
Lucro líquido do exercício				
Destinação do resultado:				
Constituição de reserva legal				
Dividendos mínimos obrigatórios propostos				
Constituição de reserva de retenção de lucros				
Saldo em 31 de Dezembro de 2017				
Aumento de capital de não controladores em 09 de abril de 2018				
Aumento de capital de não controladores em 28 de maio de 2018				
Aumento de capital de não controladores em 20 de agosto de 2018				
Aumento de capital de não controladores em 26 de novembro de 2018				
Aumento de capital - realizado em 19 de outubro de 2018				
Desajuste na compra de participação de minoritários de controlada				
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial				
Lucro líquido do exercício				
Destinação do resultado:				
Constituição de reserva legal				
Constituição de reserva de lucros a realizar				
Constituição de reserva para reforço de capital de giro				
Saldo em 31 de Dezembro de 2018				

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)	Nota explicativa			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(6.130)	8.399	81.531	93.777
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com o lucro líquido gerado pelas atividades operacionais:				
(Depreciação e amortização)	37.028	6.972	623.107	617.018
Baixa de ativo imobilizado	188	432	4.732	5.761
Baixa de ativo não circulante	73.621	-	57.350	16.244
Baixa de ativo intangível	7	(116)	673	(288)
Provisão para perda de investimento	-	-	9.073	-
Reservas de lucros e reservas de ativos	-	-	-	20.438
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(7)
Equivalência patrimonial	(494.423)	(469.092)	-	-
Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas	915	1.049	(8.251)	1.067
Ajuste a valor presente da provisão socioambiental e desmobilização de ativos	795	-	9.545	6.781
Provisão socioambiental	-	-	-	3.641
Reversão de aplicações	(6.249)	-	(43.377)	(57.801)
Realização de vendas de ativos	11.245	9.674	(11.245)	71.166
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	108.548	103.401	17.069	-
Juros sobre empréstimos com não controladores	(745)	116	(1.126)	253
Ajuste a valor presente - Baldwin Engenharia S.A.	-	-	-	(6.367)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures e atualização monetária	189.349	222.061	506.812	529.284
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	2.190	(59.387)	(21.465)	(96.471)
Depósitos judiciais	(301)	(14)	1.024	(666)
Outros créditos	13.080	(12.425)	61.200	(8.236)
Impostos a recuperar	(3.708)	(6.506)	(34.664)	15.341
Adiantamentos a fornecedores	299	(461)	29.033	(25.322)
Dividendos recebidos	435.293	270.142	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(19.618)	51.395	(168.783)	117.982
Adiantamentos de clientes	(29.066)	(72)	81.669	162.073
Obrigações trabalhistas	(6,054)	2,301	(19,073)	(32,676)
Obrigações trabalhistas	562	713	595	799
Pagamento de custos socioambientais	(1,015)	(81)	(1,539)	(893)
Pagamento de contingências trabalhistas, tributárias e civis	1,082	720	(4,192)	41,920
Outros passivos	297,353	138,294	1,774,448	1,425,313
Imposto de renda e contribuição social pagos				
Juros pagos	-	-	(102,303)	(87,888)
Fluxo líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Adquisição de participação de não controladores	(1,096)	-	(1,096)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(402,345)	(317,030)	-	-
Redução de capital em controladas	230,742	21,322	-	16
Incorporação de investimento em controladas	373,746	-	-	-
Caixa adquirido com a incorporação	52,336	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	439
Aplicações financeiras	-	-	(372,127)	(166,110)
Resgates de aplicações financeiras	120,394	-	(41,566)	139,669
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(178,066)	(163,740)
Resgates de aplicações financeiras vinculadas	3,589	-	289,450	93,715
Aquisição de imobilizado	(14,963)	(9,495)	(212,750)	(642,114)
Aquisição de intangível	(9,974)	(4,167)	(10,235)	(4,167)
Emprestimos a receber	(414)	97	(926)	202
Fluxo líquido (aplicado nas) atividades de investimento				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos, e debêntures - líquido dos custos de captação	150,910	386,693	484,426	619,575
Pagamento de empréstimos e financiamentos, e debêntures	(681,676)	(212,758)	(1,444,277)	(645,992)
Pagamento de contas a pagar de aplicações	-	(2,514)	-	(2,514)
Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	7,178	96,634	7,984	-
Captação de dívidas com pessoas ligadas	(95,120)	(26,423)	-	-
Dividendos pagos	(3,624)	-	(21,282)	(15,329)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento				
(Redução) Aumento Líquido (a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do exercício	264,022	401,190	950,215	908,982
No fim do exercício	109,264	264,022	876,571	950,215
(Redução) Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Finto em 31/12/2018 (Em milhares de Reais - R\$)	Projeto Eólicos			
	Status	Resolução original	Data	Prazo
Morro dos Ventos I	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos
Morro dos Ventos II	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos
Morro dos Ventos III	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos
Morro dos Ventos IV	1	PRT 687	04/08/2010	35 anos
Morro dos Ventos V	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos
Morro dos Ventos VII	1	Resolução 490	07/02/2002	35 anos
REA 387/2014	35	anos	25,2	
Pedra Cheirosa I	1	REA 359/2014	23/07/2014	35 anos
Pedra Cheirosa II	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos
Pedra Preta	1	Resolução 309	04/06/2002	30 anos
Santa Clara I	1	Portaria 607	01/07/2010	35 anos
Santa Clara II	1	Portaria 683	01/07/2010	35 anos
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos
Santa Clara IV	1	Portaria 612	29/07/2010	35 anos
Santa Clara V	1	Portaria 638	08/10/2010	35 anos
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos
São Domingos	1	REA 5074	03/03/2015	30 anos
Taíba Altabair	1	Resolução 778	07/12/2012	30 anos
Ventos de São Benedito	1	REA 4563	25/02/2014	30 anos
Santa Mônica	1	REA 4592	18/03/2014	30 anos
Santa Ursula	1	REA 4591	18/03/2014	30 anos
Ventos de Santo Dimas	1	REA 4562	25/02/2014	30 anos
Ventos de São Martinho	1	REA 4572	11/03/2014	30 anos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Finto em 31/12/2018 (Em milhares de Reais - R\$)	Projeto Biomassa			
	Status	Resolução original	Data	Prazo
Alvorada	1	Resolução 3714	29/10/2012	35 anos
Bala Formosa	1	Resolução 259	14/05/2002	30 anos
Baldin	1	Resolução 2106	22/09/2009	30 anos
Bo Ester	1	Resolução 117	20/05/1999	30 anos
Caiaçu	1	Resolução 2643	07/12/2012	30 anos
Coopanca	1	Resolução 3328	07/02/2012	30 anos
Ipê	1	Resolução 2375	27/04/2011	35 anos
Pedra	1	PRT 129	24/02/2011	35 anos

(1) - Operação. Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações. (2) - Construção. (3) - Em desenvolvimento. Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações. 1.3. **Projetos de geração à biomassa:** Em 31/12/2018, a Companhia e suas controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida a biomassa:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ativos	Passivos			
	Circulante	Operacionais	Operacionais	Operacionais
Caixa e equivalentes de caixa	2.797	2.851	-	-
Contas a receber de clientes	17.166	6.769	-	-
Dividendos a receber	13.936	16.878	-	-
IR e CS a recuperar	412	2.809	-	-
Impostos a recuperar	14.088	29.530	-	-
Outros créditos	6.112	650	-	-
Total do ativo circulante	54.511	65.090		
Não Circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	44.174	1.076	-	-
Impostos a recuperar	1.638	147.406	-	-
Impostos diferidos	1.110	-	-	-
Emprestimos a receber	309.573	60.202	-	-
Depósitos judiciais	285.921	335.993	-	-
Imobilizado	444.813	17.433	-	-
Intangível	5.453	-	-	-
Total do ativo não circulante	1.102.582	413.028		

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)	Recelitas			
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado

27. Compromissos: 27.1. Arrendamentos: Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Referência	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil a pagar para o ano de 2019	Índice Reajuste
1	1 janeiro-12	-	-	1.095	IPCA
1	1 outubro-10	-	-	396	IPCA
2	1 março-09	743	28 anos	2.280	IGP-M
2	2 setembro-06	1.326	28 anos	2.640	IGP-M
2	2 outubro-01	1.046	28 anos	1.360	IGP-M
2	2 março-02	423	28 anos	1.130	IGP-M
2	2 dezembro-01	109	28 anos	500	IGP-M
2	2 junho-09	242	37 anos	349	IGP-M
2	2 outubro-08	3.658	37 anos	2.579	IGP-M
2	2 abril-08	2.557	37 anos	1.104	IGP-M
2	2 agosto-08	184	25 anos	321	IGP-M
2	2 agosto-08	184	25 anos	243	IGP-M
2	2 agosto-08	252	25 anos	316	IGP-M
2	2 agosto-08	94	25 anos	195	IGP-M
1	1 agosto-08	240	25 anos	35	IGP-M
1	1 agosto-08	419	25 anos	35	IGP-M
1	1 maio-09	208	25 anos	35	IGP-M
2	2 janeiro-04	103	25 anos	275	IGP-M
2	2 outubro-08	811	25 anos	699	IGP-M
2	2 outubro-08	3.777	25 anos	2.400	IGP-M
2	2 setembro-12	1.766	35 anos	1.370	IGP-M
2	2 julho-13	534	25 anos	622	IGP-M
1	1 maio-09	430	25 anos	63	IGP-M
1	1 maio-09	433	25 anos	43	IGP-M
1	1 abril-09	511	25 anos	49	IGP-M
1	1 abril-09	280	25 anos	59	IGP-M
1	1 abril-09	150	37 anos	84	IGP-M
				20.597	

* Valores referente aos projetos: Projeto Serra dos Ventos, Eólica Bom Conselho, Projeto EOL Achado, Projeto EOL Ôcos Dágua, Projeto EOL Cristais, Projeto EOL Dourados, Projeto EOL Espanada, Projeto EOL Jussara, Projeto EOL Sossego, Projeto EOL Ventania, Projeto EOL Santana, Projeto EOL Riacho de Santana e Projeto EOL Salão. ** Valores referentes ao projeto EOL Iraúnas. 1. Fase Pré-Operacional: valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0/ha. 2. Fase Operacional: valores mensais conforme receita bruta de energia.

Vencimento	Consolidado	Total
2019	20.597	20.597
2020	21.531	21.531
2021	22.431	22.431
2022	23.441	23.441
2023	24.551	24.551
2024 a 2028	138.623	138.623
2029 a 2033	130.050	130.050
2034 a 2039	93.464	93.464
2040 a 2044	60.841	60.841
2045 a 2050	9.209	9.209
	544.738	544.738

27.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar): A Companhia firmou compromisso com o sócio não controlador reletre a pagamento complementar na compra das SPES Cajuero Energia S.A., Baixa Verde Energia S.A. e Navegantes Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em licitações de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$7.598 (valor atualizado monetariamente pelo IGP-M até 31/12/2018).

27.3. Outros compromissos: Os compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo:

Em R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	A partir de 2024	Total
Alugueis	3.228	3.551	3.906	4.297	4.726	5.199	24.907
Contratos de construção de usinas	17.047	1.089	-	-	-	-	18.136
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	122.137	131.077	142.786	150.734	158.650	1.495.974	2.201.358
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	103.106	106.137	107.862	110.451	114.262	4.217.913	4.759.731
Serviços administrativos	2.699	2.968	3.265	3.592	3.951	4.346	20.821
Reapreciação do risco hidrológico	7.580	10.341	13.534	14.191	14.907	246.392	306.945
Total	255.797	255.163	271.353	283.265	296.496	5.969.824	7.331.898

28. Previdência Privada: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício. Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado é livre para o mesmo. Em 31/12/2018, não havia saldo de contribuição a pagar pela Companhia. A despesa registrada no exercício findo em 31/12/2018 foi de R\$816 (R\$1.577 em 31/12/2017).

Transações oriundas de incorporação:	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	33.405	-
Outros créditos	18.131	-
Impostos a recuperar	43.705	-
Impostos diferidos (ativo)	10.739	-
Impostos diferidos (passivo)	(352.369)	-
Fornecedores	(5.623)	-
Adiantamento de clientes	(100.453)	-
Obrigações tributárias	(9.852)	-
Provisão de custos sociais ambientais	(28.440)	-
Outros passivos	(1.155)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(152.720)	-
Empréstimos com controladas e controladora	(409.973)	-
Investimento em controladas	(754.221)	-
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	195.500	-
Aplicações financeiras vinculadas	87.057	-
Intangível	778.576	-
Intangível	921.120	-
Empréstimos	(364.155)	-
Debitores	(371.581)	-
Subtotal	(462.339)	-

	Controladora	Consolidado
	31/12/2018	31/12/2017
Outras transações não envolvendo caixa:		
Imposto de renda a recuperar sobre aplicações financeiras	1.529	-
Encargos financeiros capitalizados	-	10.591
Transferência entre imobilizado e intangível	189	1.241
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	5.650
Transferência entre imobilizado e outros impostos a pagar (não circulante)	-	751
Dividendos deliberados	466.765	359.476
Dividendos deliberados aos minoritários	-	-
Fornecedores de imobilizado	-	13.511
Transferência entre provisões GSF para Fornecedores	-	1.467
Depósito judiciais para imobilizado	-	154.694
Baixa de ativos imobilizados	-	-
Outros passivos para imobilizado	-	-
Outros créditos para imobilizado	-	-
Provisão para perda de investimento	5	(25)
Aumento de capital com AFACs	271.271	839.084
Aumento de capital com a dívida da CPFL Geração	72.497	-
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	1.096	-
Desajuste em compra de participação de minoritários de controladas	-	377
Provisão de custos sociais ambientais no imobilizado	-	-
Subtotal	813.352	1.199.776
Total	351.043	1.199.776

* Efeitos não caixa decorrente da incorporação das SIF Energias, SIF Desenvolvimento, Eólica Icarazinho, Eólica Formosa, BVP S.A., BVP Geradora, PCH Participações e T-15 pela CPFL Renováveis, conforme nota explicativa nº 1. **30. Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSJD):** Com a finalidade de mitigar os efeitos negativos sofridos pelas distribuidoras de energia em razão dos altos níveis de sobreconcentração de energia, a ANEEL tem realizado alguns esforços no que se refere a proporcionar alternativas para que essas distribuidoras aliviem seus excedentes de energia. A Resolução Normativa - ANEEL nº 693 emitida em 15/12/2016 (alterada pela Resolução Normativa - ANEEL nº 727 emitida em 21/06/2016) regulamentou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSJD) de energia elétrica com participação dos empreendimentos de geração com contratos vigentes comercializados no ACR (ambiente de contratação regulado) nas modalidades LFA (leilão de fontes alternativas) e LEN (leilão de energia nova). Por meio do MCSJD de Energia Nova, implementado de forma centralizada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), as distribuidoras têm a possibilidade de declararem suas sobras e déficits enquanto os empreendimentos de geração com contratos vigentes comercializados no ACR declararem ofertas de redução de proposta pelo gerador. Com isso, a energia fica descontratada pelo prazo estabelecido no acordo, podendo ser comercializada no ambiente de contratação livre (ACL), os empreendimentos Eólica Morro dos Ventos II, Complexo Eólico Macacos e Complexo Eólico Atlânticas receberiam a autorização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para continuar a participar do MCSJD durante o exercício de 2018, assim como, a inclusão da participação do Complexo Pedra Cheirosa. O resultado final da CCEE na descontratação e venda de energia incentivada foi o seguinte: • Eólica Morro dos Ventos II: Volume descontratado do ACR: 15,10 MWh; Preço Médio de Venda R\$ 242,00. • Pedra Cheirosa I e II: Volume descontratado do ACR: 26,10 MWh; Preço Médio de Venda R\$ 265,00. • Complexo Macacos: Volume descontratado do ACR: 37,10 MWh; Preço Médio de Venda R\$ 245,00. • Complexo Atlânticas: Volume descontratado do ACR: 52,70 MWh; Preço Médio de Venda R\$ 241,26. A Companhia obteve o ganho consolidado aproximado, no montante de R\$77.626, pela participação no MCSJD durante o exercício de 2018.

Fernando Mano da Silva	Futao Huang	Alessandro Gregori Filho	Alberto dos Santos Lopes	Adriano Martins Vignoli	Sergio Luiz da Silva Ribeiro
Diretor Presidente	Vice Diretor Presidente	Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e Diretor de Novos Negócios (Interino)	Diretor de Engenharia e Obras	Diretor de Operações e Manutenção	Superintendente Contábil e Fiscal

Conselho da Administração					
Conselheiros Eletivos: Karin Regina Luchesi; Fernando Mano da Silva; Futao Huang					
Conselheiros Eletivos Temporários: Vitor Fagali de Souza; Chen Xinjian					
Os conselheiros Srs. Bo Wen; Shirong Lyu; Yunmei Liu e Mingyan Liu foram indicados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de janeiro de 2019, mas não tomaram posse em suas posições devido a obtenção de seus vistos de trabalho					

Andre Ricardo Toledo Saretta	Yuehui Pan	Chenggang Liu	Jia Jia
Conselheiro Eletivo	Conselheira Eletiva	Conselheiro Suplente	Conselheiro Suplente

Parecer do Conselho Fiscal
São Paulo, 19 de março de 2019
Andre Ricardo Toledo Saretta - Conselheiro
Jia Jia - Conselheiro

Em entendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução da CVM nº 408, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A., no desempenho de suas atribuições legais, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e, ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado de 11 de março de 2019, são de opinião de que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 25 de abril de 2019.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e sobre o Parecer dos Auditores Independentes
São Paulo, 11 de março de 2019
Diretoria:
Alberto dos Santos Lopes
Diretor de Engenharia e Obras
Alessandro Gregori Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Novos Negócios (Interino)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de dezembro de 2018. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes. Segundo os nossos opinião, essas demonstrações são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em consonância com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório é, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelas controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade e da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de consideração com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2019
KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP/01428/O-6
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador - CRC 1SP25948/O-7



Demonstrações Financeiras CPFL Renováveis 2018

